Línguas Minoritárias e Dinâmicas Familiares em São Tomé e Príncipe
Explorando motivações, desafios e estratégias de preservação: um estudo de caso em Bombom e Chácara

Minority Languages and Family Dynamics in São Tomé and Príncipe
Exploring motivations, challenges, and preservation strategies:
a case study in Bombom and Chácara

DOI: https://doi.org/10.21747/30517036/seb3a14

Maria Daniela Pereira de Sousa
Laboratório de Educação a Distância e Elearning (LE@D), Universidade Aberta Camões, I.P.
mariadaniela.sousa@gmail.com
https://orcid.org/0009-0009-8282-6183

Dulcineia da Conceição Sousa Pontes
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de São Tomé e Príncipe
dulcineyasousa801@gmail.com

Recebido: 21/01/2026
Aceite: 28/02/2026

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo exploratório sobre as atitudes dos familiares face às línguas minoritárias em São Tomé e Príncipe, centrando-se nos encarregados de educação de alunos do 9.º ano das escolas secundárias Januário José da Costa (Bombom) e de Chácara. A investigação, desenvolvida no âmbito de um trabalho de final de curso de licenciatura, procurou compreender como os familiares percebem a preservação e a transmissão das línguas minoritárias — Crioulo Forro, Crioulo Angolar e Crioulo Cabo-verdiano — no contexto doméstico. A amostra intencional incluiu 45 encarregados de educação, tendo sido aplicados questionários estruturados com perguntas fechadas e abertas. Os resultados sugerem uma elevada consciência familiar sobre a importância da transmissão linguística, mas revelam um paradoxo: apesar da intenção de preservar as línguas, a prática efetiva é limitada pelo prestígio do Português e pela escassez de recursos educativos. As barreiras externas, incluindo a ausência de políticas linguísticas consistentes, condicionam a ação familiar e reforçam a necessidade de articulação entre família, escola e políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: São Tomé e Príncipe; línguas minoritárias; crioulos; atitudes familiares; transmissão intergeracional.

ABSTRACT: This article presents an exploratory study on family attitudes towards minority languages in São Tomé and Príncipe, focusing on the parents and guardians of 9th-grade students from Januário José da Costa Secondary School (Bombom) and Chácara Secondary School. Conducted as part of an undergraduate final-year project, the research aimed to understand how families perceive the preservation and transmission of minority languages — Forro Creole, Angolar Creole, and Cape Verdean Creole — in the domestic context. The purposive sample included 45 parents and guardians, who completed structured questionnaires with both closed and open-ended questions. Results indicate a high level of family awareness regarding the importance of language transmission, but reveal a paradox: despite the intention to preserve these languages, effective practice is limited by the prestige of Portuguese and the scarcity of educational resources. External barriers, including the lack of consistent language policies, constrain family action and highlight the need for coordinated efforts between families, schools, and public policy.

KEYWORDS: São Tomé and Príncipe, minority languages, creoles, family attitudes, intergenerational transmission.

Introdução

O arquipélago de São Tomé e Príncipe (doravante STP) configura-se como um cenário de multilinguismo singular, onde a língua portuguesa coexiste e se entrelaça com diversas línguas nacionais de base crioula. Segundo os indicadores detalhados pelo Instituto Nacional de Estatística no censo de 2001, este panorama revela uma clara hegemonia do Português, que se consolidou como a língua dominante na administração, educação e comunicação social, sendo já falado por cerca de 95% da população na viragem do milénio. Diferenciando-se de outros contextos lusófonos, o Português em São Tomé não se limita a ser uma segunda língua, tendo-se tornado a língua materna de grande parte dos habitantes das zonas urbanas.

No entanto, a identidade profunda das ilhas continua a ecoar através dos seus crioulos. Na Ilha de São Tomé, destaca-se o Forro (ou Crioulo Santomense), a língua nacional com o maior número de falantes nativos. Com raízes que fundem a base portuguesa com fortes influências das línguas bantas e do Golfo da Guiné, o Forro permanece como o pilar da identidade local, sendo a voz privilegiada nos contextos informais e familiares. Mais a sul, na zona de

Angolares, resiste o Angolar (ou Ngola), um dialeto com uma estrutura gramatical distinta e um vocabulário marcado pelo Kimbundu, legado das comunidades de escravos que ali se estabeleceram. Tomando a perspetiva de Hagemeijer (2009), são faladas quatro línguas crioulas lexificadas pelo português: santome (ou forro), angolar e lung'Ie, línguas autóctones, e o kabuverdianu, língua nativa de Cabo Verde. Apesar de o português assumir o estatuto de língua oficial e de escolarização, a convivência quotidiana com estas línguas crioulas configura um contexto marcadamente multilingue, com implicações diretas no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. A diversidade linguística estende-se à Ilha do Príncipe através do Lung'Ie, embora o censo de 2001 já fizesse soar os alarmes sobre o seu estado de conservação. Naquela altura, os dados apontavam para um declínio acentuado no número de falantes fluentes, uma herança que parecia restringir-se progressivamente à população mais idosa. A este mosaico junta-se ainda o Crioulo Cabo-verdiano, fruto das migrações históricas para as roças de cacau e café. Nas comunidades "monas", descendentes desses trabalhadores, o uso deste crioulo persiste, embora o censo e a realidade social demonstrem que este tem sido permeado, ao longo das décadas, pela influência inevitável do português e do forro.

A evolução dos dados entre o censo de 2001 e o de 2012 (referido formalmente como IV Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2011, mas publicado em 2012) consolidou de forma inequívoca o fenómeno de substituição linguística a favor do português. Se em 2001 o português já era falado por 95% da população, em 2012 esse número subiu para cerca de 98,4%. Mais do que o aumento numérico, o censo de 2012 confirmou que o português deixou de ser apenas a língua das instituições para se tornar a língua de comunicação diária predominante, mesmo nos contextos informais. A alteração mais drástica registada entre os dois últimos períodos censitários diz respeito ao recuo do Forro (ou santomense). Se, no início do milénio, esta era a língua identitária por excelência e a mais falada no contexto doméstico (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2001), os dados subsequentes revelaram uma quebra significativa, com apenas 36,2% da população a autodeclarar-se como utilizadora desta língua (INE, 2012). Este declínio acentuado é justificado, em grande medida, pela interrupção da transmissão intergeracional, uma vez que os progenitores passaram a privilegiar o uso do português no seio familiar como estratégia para facilitar o sucesso escolar e a integração social dos filhos.

Simultaneamente, as línguas minoritárias do arquipélago permanecem em níveis críticos de sobrevivência. O Angolar tem demonstrado uma estabilização frágil, fixando-se em torno dos 6,6% de falantes (INE, 2012); embora mantenha um núcleo sólido no sul da ilha de São Tomé, não é imune à pressão de

"aportuguesamento" que emana dos centros urbanos. Já na Ilha do Príncipe, o Lung'Ie apresenta uma situação de vulnerabilidade extrema, com os dados de 2012 a apontarem para uma prevalência entre 1,0% e 2,4% da população. Este estatuto de língua em perigo de extinção (INE, 2012) acabou por impulsionar, em anos recentes, a implementação de programas de revitalização linguística nas escolas da Região Autónoma.

Por outro lado, o censo de 2012 conferiu uma visibilidade renovada ao Crioulo Cabo-verdiano, registando a sua utilização por cerca de 8,5% da população. Este dado evidencia a resiliência cultural nas antigas roças, onde os descendentes de trabalhadores contratados preservaram a sua herança linguística. Em termos comparativos, enquanto o Português consolidou a sua hegemonia, passando de uma cobertura de aproximadamente 95% em 2001 (INE, 2001) para 98,4% em 2012 (INE, 2012), as línguas nacionais enfrentam desafios existenciais. Com a recente conclusão da recolha de dados para o Censo de 2024, a comunidade científica e política aguarda agora os novos indicadores para aferir se as políticas de valorização das línguas nacionais conseguiram mitigar a trajetória de declínio observada na última década.

No contexto escolar, esta realidade levanta desafios significativos. Muitos alunos ingressam no sistema educativo com um repertório linguístico marcado pelas línguas crioulas e pela variante oral do português santomense, apresentando níveis de proficiência no português padrão europeu que nem sempre correspondem às exigências da língua de instrução. A persistência de modelos pedagógicos que tratam o português como língua materna homogénea tende a ignorar esta diversidade linguística, o que pode comprometer a compreensão dos conteúdos, a participação em sala de aula e, em última instância, o sucesso escolar dos alunos (Afonso, 2008, 2009).

Diversos autores têm sublinhado a necessidade de uma abordagem didática sensível aos contextos socioculturais e linguísticos dos aprendentes. Freire (2017; 2018) defende que a aprendizagem da leitura e da escrita deve articular-se com as práticas sociais dos alunos, valorizando os seus saberes prévios e a leitura crítica da realidade. De forma convergente, Geraldi (2006) propõe uma pedagogia da linguagem centrada no diálogo e na restituição do "direito à palavra", reconhecendo o papel ativo do aluno na construção do conhecimento linguístico. No campo da didática, Ferreiro (1987) enfatiza igualmente a importância de compreender os processos cognitivos e linguísticos subjacentes à alfabetização, sobretudo em contextos de diversidade linguística.

No caso específico de STP, a influência dos crioulos na formação do português santomense constitui um elemento central da identidade linguística nacional. Esta variedade apresenta traços fonológicos, lexicais e sintáticos

próprios, resultantes do contacto prolongado entre o português e as línguas autóctones, não devendo ser interpretada como um desvio, mas como uma evolução natural do idioma num determinado contexto sociocultural (Afonso, 2009; Agostinho & Bandeira, 2017). Contudo, a ausência de uma política educativa consistente que integre esta realidade no ensino do português contribui para tensões entre a língua efetivamente usada pelos alunos e a norma exigida pela escola.

Face a este enquadramento, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios do ensino e da aprendizagem do português em contexto multilingue em São Tomé e Príncipe, a partir de um estudo de caso realizado em duas escolas básicas situada na comunidade de Mé-Zóchi e em Água Grande. Pretende-se, refletir sobre a necessidade de estratégias educativas que promovam uma educação linguística mais inclusiva, capaz de valorizar a diversidade linguística e de favorecer aprendizagens significativas.

Do ponto de vista metodológico, o estudo adota uma abordagem mista e exploratória, recorrendo à aplicação de inquéritos por questionário a encarregados de educação. O trabalho de campo decorreu entre 2023 e março de 2024. No âmbito da investigação sobre práticas linguísticas familiares, trata-se de uma estratégia metodológica comum e realista, dado que a observação direta do comportamento linguístico em contexto doméstico levanta dificuldades éticas e práticas significativas. A análise dos dados recolhidos pretende ressaltar o debate académico sobre o ensino do português em contextos plurilingues, sublinhando a importância da formação científica e pedagógica dos docentes como condição essencial para a eficácia do ensino.

Enquadramento teórico

Línguas minoritárias, poder e políticas linguísticas

As línguas minoritárias são geralmente definidas como línguas faladas por grupos numericamente inferiores ou com menor poder sociopolítico num determinado território, coexistindo com uma língua dominante, frequentemente institucionalizada como língua oficial (Calvet, 2007). No entanto, como sublinha Bagno (2017), importa distinguir entre línguas minoritárias e línguas menorizadas, uma vez que o estatuto de uma língua não decorre apenas do número de falantes, mas sobretudo das políticas linguísticas e das relações de poder que a atravessam.

São variados autores que corroboram que a mutabilidade é uma característica indissociável de qualquer sistema linguístico, permitindo que as línguas se transformem sob a influência de fatores territoriais, sociais e históricos.

Estas alterações dão origem a distintas ramificações da língua, as quais os autores agrupam em três categorias fundamentais: as variedades geográficas (diatópicas), as sociais (diastráticas) e as situacionais (diafásicas). Neste processo, muitas línguas sofrem processos de invisibilidade e desvalorização simbólica, apesar de desempenharem um papel central na construção identitária das comunidades que as falam. Skutnabb-Kangas (2000), alerta para o risco de erosão e desaparecimento dessas línguas em contextos marcados por políticas assimilacionistas, nas quais a língua dominante é associada à escolarização, à mobilidade social e ao sucesso económico. Como educadores sabemos que a defesa das línguas minoritárias constitui não apenas uma questão pedagógica, mas também um problema de justiça social e de direitos linguísticos.

No caso dos crioulos de base lexical portuguesa, como os falados em São Tomé e Príncipe, a sua desvalorização histórica tem sido frequentemente sustentada por discursos que os classificam como "dialetos" ou "variedades imperfeitas" da língua portuguesa. Contudo, diversos estudos demonstram que estas línguas constituem sistemas linguísticos completos e autónomos, resultantes de processos históricos específicos de contacto linguístico (Calvet, 2007; Agostinho & Bandeira, 2017).

Atitudes linguísticas e transmissão intergeracional

As atitudes linguísticas constituem um eixo central para a compreensão das dinâmicas de uso, manutenção ou abandono das línguas minoritárias. Investigadas inicialmente no âmbito da Psicologia Social, as atitudes linguísticas referem-se às crenças, valores, emoções e comportamentos que os indivíduos e os grupos desenvolvem em relação às línguas e aos seus falantes (Lambert & Lambert, 1996).

De acordo com Bem (1973), as atitudes resultam da articulação entre dimensões cognitivas, afetivas, comportamentais e sociais, sendo profundamente influenciadas pelo contexto sociocultural. No domínio da Sociolinguística e da Sociologia da Linguagem, Fishman (1972) destaca que as atitudes linguísticas estão intimamente relacionadas com o valor simbólico atribuído às línguas e com a organização social do comportamento linguístico.

A Etnografia da Comunicação reforça esta perspetiva ao salientar que as atitudes linguísticas são adquiridas no seio das comunidades de fala, como parte de um processo de aculturação, e tendem a reproduzir hierarquias linguísticas socialmente construídas (Saville-Troike, 2003). Assim, quando uma língua é associada a estigma, atraso ou falta de prestígio, os próprios falantes podem desenvolver atitudes negativas em relação a ela, contribuindo para a sua progressiva marginalização.

O papel da família na valorização das línguas minoritárias

Entre os diferentes domínios sociais, a família assume um papel determinante na transmissão intergeracional das línguas minoritárias. Fishman (1991) identifica o espaço familiar como o núcleo central da manutenção linguística, sublinhando que, sem o uso regular da língua no contexto doméstico, os esforços institucionais de revitalização tendem a ser insuficientes. As decisões linguísticas tomadas pelas famílias — nomeadamente a escolha da língua de comunicação com as crianças — são fortemente influenciadas pelas atitudes que os familiares desenvolvem em relação às línguas em contacto. Tudo aponta para o apoio parental como crucial na construção de identidades linguísticas positivas e para o envolvimento das gerações mais jovens na aprendizagem e no uso de línguas minoritárias. Todavia, em contextos marcados por forte pressão da língua dominante, as famílias enfrentam dilemas complexos. O receio de insucesso escolar, de discriminação social ou de limitação de oportunidades futuras pode levar ao abandono progressivo da língua minoritária em favor da língua oficial (Skutnabb-Kangas, 2000). Estas escolhas não são meramente individuais, mas refletem desigualdades estruturais e ideológicas profundamente enraizadas.

Neste quadro, torna-se fundamental analisar as atitudes dos familiares enquanto elemento-chave para compreender os processos de valorização ou desvalorização das línguas minoritárias, particularmente em contexto multilíngue como o de São Tomé e Príncipe.

O contexto sociolinguístico de São Tomé e Príncipe

A situação sociolinguística de São Tomé e Príncipe constitui um exemplo paradigmático das dinâmicas descritas pela literatura sobre línguas minoritárias, atitudes linguísticas e transmissão entre gerações. Trata-se de um país oficialmente monolingue, em que o português assume o estatuto de língua oficial e de escolarização, coexistindo, contudo, com várias línguas crioulas de base lexical portuguesa, nomeadamente o santome (forro), o angolar e o lung'le, que integram a ecologia linguística do arquipélago (Agostinho & Bandeira, 2017). À semelhança do que descrevem Skutnabb-Kangas (2000) e Calvet (2007), estas línguas crioulas, embora amplamente utilizadas em contextos informais e comunitários, encontram-se numa posição de subalternidade simbólica face ao português, sendo frequentemente excluídas dos domínios institucionais e educativos. Esta assimetria de prestígio contribui para a sua progressiva menorização, independentemente do número de falantes, confirmando que o estatuto das línguas é determinado sobretudo por fatores políticos, sociais e ideológicos (Bagno, 2017).

No contexto santomense, diversos estudos evidenciam uma diminuição significativa do uso das línguas crioulas entre as gerações mais jovens, associada a uma rutura na transmissão intergeracional (Veiga, 2014; Afonso, 2008). Tal fenómeno pode ser interpretado à luz das teorias de Fishman (1991), segundo as quais a interrupção do uso da língua no seio da família compromete seriamente a sua vitalidade. Em São Tomé e Príncipe, observa-se que muitas famílias optam por privilegiar o uso do português no espaço doméstico, motivadas pela perceção de que esta língua oferece maiores oportunidades de sucesso escolar e mobilidade social. Estas escolhas familiares refletem atitudes linguísticas ambivalentes ou mesmo negativas em relação às línguas crioulas, frequentemente associadas a informalidade, falta de prestígio ou inadequação ao contexto escolar. Conforme apontam Saville-Troike (2003) e Lambert & Lambert (1996), tais atitudes são socialmente construídas e reproduzidas no interior das comunidades, influenciando os comportamentos linguísticos quotidianos. No caso santomense, a escola, ao adotar exclusivamente o português como língua de ensino, tende a reforçar estas representações, contribuindo para a desvalorização das línguas minoritárias no imaginário social. Paradoxalmente, como sublinham Agostinho & Bandeira (2017), os crioulos de São Tomé e Príncipe desempenham um papel central na socialização linguística das crianças, influenciando inclusive o desenvolvimento da variedade local do português. Esta realidade evidencia uma dissociação entre as práticas linguísticas efetivas e os discursos normativos sobre a língua, criando tensões que se refletem nas atitudes dos familiares e nas suas decisões linguísticas. Deste modo, a análise das atitudes dos familiares face às línguas minoritárias em São Tomé e Príncipe revela-se fundamental para compreender os processos de manutenção, abandono ou reconfiguração dos repertórios linguísticos no contexto atual.

Ao articular as contribuições teóricas sobre línguas minoritárias, atitudes linguísticas e transmissão intergeracional com a realidade sociolinguística santomense, o presente estudo procura dar visibilidade ao papel da família enquanto agente central na valorização (ou desvalorização) das línguas crioulas, estabelecendo a base para a análise empírica que se segue.

Metodologia

Desenho e tipo de estudo

O presente estudo inscreve-se numa abordagem de natureza mista, assumindo um design quantitativo-descritivo apoiado numa análise qualitativa subsequente. Esta opção metodológica revela-se a mais adequada para a compreensão das atitudes dos familiares relativamente à valorização das línguas

minoritárias em São Tomé e Príncipe (STP), permitindo conciliar o rigor da sistematização de dados com a análise exploratória.

Atendendo à complexidade do fenómeno — profundamente enraizado em práticas socioculturais, identitárias e linguísticas — optou-se por um desenho de estudo de caso. A investigação recorreu ao trabalho de campo e à pesquisa documental como estratégias centrais, articulando perspetivas empíricas com o contexto sociolinguístico santomense.

Pela natureza dos dados recolhidos através de questionários, a componente quantitativa assume um papel substantivo na organização e interpretação dos resultados, fornecendo o mapeamento necessário para a descrição e interpretação qualitativa dos significados atribuídos pelos participantes. Desta forma, os dados numéricos não são meramente acessórios, mas constituem a base sobre a qual se exerce a análise interpretativa das atitudes linguísticas no seio familiar. A interpretação foi conduzida com base numa organização categorial, possibilitando a identificação de padrões e divergências num contexto marcado pelo multilinguismo.

O estatuto metodológico adotado permitiu, assim, compreender de que modo as práticas linguísticas familiares, as representações sociais das línguas crioulas e as pressões institucionais e escolares influenciam as decisões relativas à transmissão, uso e valorização das línguas minoritárias, estabelecendo uma ponte direta entre o quadro teórico apresentado e o contexto empírico analisado.

Participantes e contexto da pesquisa

O estudo contou com a participação de 45 encarregados de educação, cujos educandos frequentavam a 9.ª classe em duas escolas públicas da ilha de São Tomé. As instituições selecionadas foram a Escola Secundária Januário José da Costa, situada em Bombom, no Distrito de Mé-Zóchi, e a Escola Secundária de Chácara, localizada no Distrito de Água Grande.

O enquadramento geográfico destas instituições é fundamental para a interpretação dos dados sociolinguísticos. O distrito de Água Grande, embora seja o mais pequeno em extensão territorial, constitui o núcleo urbano da capital e o principal centro administrativo e demográfico do país. Já o Distrito de Mé-Zóchi, o segundo mais populoso, caracteriza-se por uma forte tradição agrícola e uma transição entre as zonas costeiras e o interior montanhoso.

Em termos sociolinguísticos, ambas as áreas situam-se em zonas de influência histórica e geográfica do Santomé, associado às populações nativas e historicamente predominante nestes distritos. Contudo, a composição demográfica de Mé-Zóchi e Água Grande reflete também migrações históricas ligadas à economia de plantação (roças), verificando-se a presença de

comunidades de descendentes de contratados (Tongas), falantes de variedades como o Cabo-verdiano ou o Angolar, ainda que de forma menos expressiva face à hegemonia do Santomé nestes contextos geográficos específicos.

A seleção dos participantes obedeceu a critérios intencionais e estratégicos, visando a recolha de dados junto de famílias num momento considerado particularmente relevante do percurso escolar e linguístico. A 9.ª classe constitui, em São Tomé e Príncipe, uma etapa de transição importante, marcada por exigências acrescidas no domínio da língua portuguesa — língua oficial e de escolarização —, bem como por decisões familiares que podem influenciar as atitudes face às línguas crioulas e à sua valorização no contexto doméstico.

Este cenário, onde o português assume o papel de língua de ensino e de prestígio social, coexiste com o uso quotidiano dos crioulos no seio familiar e comunitário. Tal coexistência confere particular pertinência à análise das atitudes linguísticas dos encarregados de educação, enquanto agentes centrais nos processos de transmissão, manutenção ou abandono das línguas minoritárias no arquipélago.

Instrumento de recolha de dados

O inquérito por questionário constituiu o principal instrumento de recolha de dados da presente investigação. A opção por este instrumento justificou-se pela sua adequação à recolha sistemática de informações junto de um número alargado de participantes, permitindo aceder às perceções, atitudes e práticas familiares relativas às línguas minoritárias em São Tomé e Príncipe. O questionário foi estruturado com perguntas de resposta fechada e aberta, incidindo sobre o uso, a valorização e a transmissão das línguas crioulas de base lexical portuguesa — designadamente o santome (forro), o angolar, o caboverdiano (kabuverdianu) e o principense (lung'le) — bem como sobre a sua relação com o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa, enquanto língua oficial e de escolarização. A combinação de questões fechadas e abertas permitiu, por um lado, a recolha de dados objetivos e passíveis de categorização e, por outro, a exploração de opiniões, representações e justificações expressas pelos encarregados de educação. Contudo, importa salientar que, para efeitos deste artigo, foram analisadas exclusivamente as questões de resposta fechada, cujos resultados foram organizados e apresentados segundo categorias de análise previamente definidas, em consonância com os objetivos do estudo. As questões de resposta aberta, embora relevantes no âmbito mais amplo da investigação, não foram consideradas na presente análise, uma vez que o foco deste artigo se centra

na identificação de tendências e padrões gerais das atitudes familiares face às línguas minoritárias no contexto santomense.

Procedimentos de recolha e ética

Antes do início do trabalho de campo, foram solicitadas e obtidas as autorizações formais das direções das escolas envolvidas no estudo, assegurando o enquadramento institucional da investigação.

A recolha de dados foi facilitada pela proximidade da investigadora ao contexto empírico, uma vez que exerce funções docentes numa das escolas participantes — a Escola Secundária de Chácara —, o que contribuiu para uma maior acessibilidade aos encarregados de educação e para a criação de um clima de confiança durante a aplicação dos instrumentos.

Os questionários foram aplicados presencialmente aos encarregados de educação das turmas selecionadas, em momentos previamente acordados. Ao longo de todo o processo, a investigadora manteve-se disponível para prestar esclarecimentos adicionais, garantindo a correta compreensão das questões e evitando interpretações ambíguas.

No que respeita às considerações éticas, foram salvaguardados os princípios fundamentais da investigação em educação: (i) a participação voluntária, (ii) o anonimato dos participantes, e (iii) a confidencialidade dos dados recolhidos, os quais foram utilizados exclusivamente para fins académicos. Assim, foram previamente informados sobre os objetivos do estudo, a natureza da sua participação e o direito de desistir a qualquer momento, sem quaisquer consequências, assegurando-se, deste modo, o respeito pelos princípios de ética e integridade científica.

Estratégia de análise de dados

Os dados recolhidos foram inicialmente organizados e sistematizados numa base de dados digital, de modo a facilitar o seu tratamento e análise. Atendendo ao foco deste artigo nas questões de resposta fechada do questionário, recorreu-se à estatística descritiva, privilegiando a análise de frequências absolutas e percentuais.

O tratamento estatístico dos dados foi realizado com recurso ao software Microsoft Office Excel, utilizado para o cálculo das frequências e para o tratamento de dados de apoio aos resultados finais. Esta opção metodológica permitiu identificar tendências gerais e padrões de resposta relativamente às atitudes dos encarregados de educação face à valorização das línguas minoritárias em São Tomé e Príncipe.

Os dados foram analisados segundo um sistema de categorias, definido a partir dos objetivos do estudo e da estrutura do questionário aplicado. As categorias de análise visaram responder a questões de partida, assegurando uma articulação entre o enquadramento teórico, os objetivos do artigo e o contexto empírico estudado e que foram as seguintes:

- **Perfil sociolinguístico dos inquiridos**, correspondente aos dados iniciais do questionário (idade, género e nível de escolaridade), com o objetivo de caracterizar a população amostrada e compreender de que forma o nível de instrução poderia influenciar a valorização das línguas minoritárias.
- **Uso e práticas linguísticas no contexto familiar**, centrada na identificação das línguas minoritárias que coexistem com o português no seio das famílias dos inquiridos, permitindo compreender os padrões de uso linguístico no quotidiano doméstico.
- **Atitudes parentais e transmissão geracional**, englobando as questões relativas à consciência dos encarregados de educação quanto ao seu papel na preservação das línguas minoritárias e ao incentivo ativo à sua transmissão aos filhos, avaliando dimensões como a motivação, o reconhecimento do valor cultural e o "querer" enquanto atitude.
- **Determinantes e barreiras externas** à valorização linguística, incidindo sobre fatores inibidores identificados pelos inquiridos, nomeadamente a escassez de materiais pedagógicos (manuais, livros) e a perceção do papel das políticas públicas e das instituições governamentais na promoção das línguas minoritárias.

Categoria de Análise	**Questões**	**Objetivos**
Perfil Sociolinguístico dos inquiridos	Q0	Caracterizar a população amostrada e perceber se o nível de instrução pode influenciar a valorização das línguas. Dados Iniciais (idade, género, escolaridade)
Uso e Práticas Linguísticas	Q1	Identificar quais as línguas minoritárias que coexistem com o Português no seio familiar dos inquiridos.
Atitudes e Transmissão Geracional	Q2, Q3, Q4 e Q6	Avaliar o "querer". Avaliar se os pais têm consciência do seu papel na preservação e se incentivam ativamente os filhos (motivação).
Determinantes e Barreiras Externas	Q5 e Q7	Analisar o impacto da falta de recursos (manuais, livros) e a importância das políticas do Governo.

Fonte: elaboração própria.

A análise categorial dos dados permitiu, assim, uma leitura estruturada das respostas, contribuindo para a compreensão das atitudes familiares face às línguas minoritárias e para a identificação dos principais desafios à sua valorização e transmissão no contexto sociolinguístico específico de São Tomé e Príncipe.

Apresentação e discussão dos resultados

Perfil sociolinguístico dos inquiridos

Antes de proceder à análise das atitudes linguísticas, importa caracterizar o grupo de 45 pais e encarregados de educação que participaram neste estudo. Esta caracterização é fundamental para contextualizar as respostas obtidas e compreender o perfil sociolinguístico dos inquiridos.

Distribuição geográfica e institucional

A amostra distribuiu-se por duas instituições de ensino estratégicas, abrangendo dois dos distritos mais populosos do país. Como se observa na tabela abaixo, houve um equilíbrio relativo entre as duas escolas, com uma ligeira predominância da Escola de Chácara.

Escola secundária	Distrito	N.º Inquiridos	Percentagem (%)
Januário José da Costa (Bombom)	Mé-Zóchi	20	44,4
Escola Secundária (Chácara)	Água Grande	25	55,6

Perfil de género e faixa etária

Relativamente ao género, verifica-se uma presença maioritária de mulheres (n=30), representando 66,7% da amostra, face a 33,3% de homens (n=15). Este dado é relevante, pois na estrutura familiar santomense, observamos que a mulher assume frequentemente o papel principal no acompanhamento escolar e na transmissão oral das tradições e da língua.

No que respeita à idade, a amostra revela-se madura, situando-se entre os 24 e os 55 anos. Esta amplitude geracional permite captar tanto as perspetivas de pais mais jovens, possivelmente mais expostos à globalização e ao português urbano, como de pais mais velhos, que poderão ter uma ligação mais enraizada aos crioulos nacionais.

Habilitações literárias e valorização académica

Um dos aspetos mais relevantes na caracterização da amostra prende-se com o nível de habilitações literárias dos encarregados de educação inquiridos.

Embora o intervalo de escolaridade se inicie na 9.ª classe, verifica-se uma ampla diversidade de percursos formativos, estendendo-se até ao ensino superior, com destaque para a licenciatura.

Importa salientar que 17 participantes (37,8%) se encontravam, à data da recolha de dados, a frequentar ou a concluir uma licenciatura, o que evidencia uma tendência significativa para a valorização da formação académica. Este dado revela não apenas um investimento pessoal na qualificação escolar, mas também uma possível reconfiguração das expectativas educativas no seio das famílias santomenses, particularmente no que respeita ao papel da escola e da língua na mobilidade social.

O perfil académico observado constitui um indicador analítico relevante para a interpretação das atitudes linguísticas expressas ao longo do estudo. A literatura tem vindo a demonstrar que níveis mais elevados de escolaridade tendem a associar-se a uma maior consciência crítica sobre as questões linguísticas, culturais e identitárias, bem como a uma maior valorização do multilinguismo e do património linguístico imaterial. Neste sentido, é expectável que a presença de um número significativo de encarregados de educação com formação superior, ou em vias de a concluir, influencie positivamente as representações e atitudes relativamente às línguas minoritárias, nomeadamente no reconhecimento do seu valor cultural e na perceção do seu papel na construção da identidade nacional.

Em síntese, o perfil sociolinguístico dos encarregados de educação que integram a amostra caracteriza-se por uma distribuição equilibrada entre duas escolas públicas situadas em distritos centrais de São Tomé, com uma predominância do sexo feminino, refletindo o papel central das mulheres no acompanhamento escolar e na transmissão cultural e linguística no seio familiar. A amplitude etária, que abrange adultos jovens e de meia-idade, permite captar diferentes experiências de socialização linguística, desde contextos mais fortemente marcados pelo uso dos crioulos até práticas linguísticas progressivamente influenciadas pelo português urbano. Destaca-se, ainda, o nível relativamente elevado de escolaridade dos inquiridos, com uma percentagem significativa de participantes com formação superior ou em vias de a concluir. Este dado revela um grupo com potencial maior sensibilidade para as questões educativas e linguísticas, bem como para a valorização do multilinguismo e do património linguístico nacional. Este perfil constitui, assim, um elemento fundamental para a interpretação das atitudes expressas relativamente às línguas minoritárias, uma vez que o nível de instrução e a experiência sociolinguística dos encarregados de educação tendem a influenciar as práticas linguísticas familiares e as estratégias de transmissão intergeracional.

Uso e práticas linguísticas

O primeiro indicador analisado incidiu sobre a vitalidade das línguas minoritárias no quotidiano doméstico, procurando identificar as línguas efetivamente utilizadas pelos encarregados de educação na interação com os seus filhos. Quando questionados (Q1) sobre que outras línguas, para além do português, utilizavam no contexto familiar, as respostas dos 45 participantes revelaram a distribuição apresentada na Tabela 1.

Tabela 1

Configuração linguística no contexto familiar

Questão (Q1)	Percentagem (%)	Frequência absoluta (n)
Crioulo Forro (Santome)	84,4	38
Crioulo Caboverdiano (kabuverdianu)	6,6	3
Crioulo Angolar (Ngola)	4,4	2
Outras	4,4	2

Fonte: elaboração própria.

Os dados evidenciam uma predominância expressiva do crioulo forro (santome), presente em cerca de 84% das dinâmicas familiares inquiridas. Esta hegemonia confirma o estatuto do santome enquanto principal língua de herança e de identidade étnico-linguística nas comunidades analisadas, nomeadamente em Bombom e Chácara. O uso recorrente desta língua na interação quotidiana entre pais e filhos sugere não apenas a sua vitalidade, mas também uma forma de resistência cultural face à centralidade institucional do português enquanto língua oficial e de escolarização.

A presença do crioulo caboverdiano, ainda que residual (6,6%), revela-se significativa do ponto de vista sociolinguístico, refletindo a história migratória de São Tomé e Príncipe e a permanência de comunidades de origem cabo-verdiana que mantêm práticas linguísticas próprias no seio familiar. Este dado confirma que o espaço doméstico continua a desempenhar um papel crucial na preservação das línguas de herança, mesmo quando estas não beneficiam de reconhecimento formal no sistema educativo.

No que respeita ao crioulo angolar (ngola), a sua reduzida expressão percentual (4,4%) pode ser interpretada à luz de fatores de natureza geográfica e sociocultural. Por um lado, a localização das escolas envolvidas no estudo situa-se em distritos onde o crioulo forro é historicamente dominante; por outro, este dado poderá indiciar uma fragilidade acrescida na transmissão intergeracional do angolar, língua que, segundo a literatura, enfrenta processos mais intensos de

substituição linguística, apesar da existência de comunidades de resistência, como a de São João dos Angolares.

De um ponto de vista teórico, os resultados corroboram a ideia de que, em contextos multilingues como o de São Tomé e Príncipe, as línguas crioulas de base lexical portuguesa funcionam como marcadores identitários profundos, particularmente quando associadas ao espaço familiar. Todavia, a distribuição desigual observada, com clara predominância do crioulo forro e uma expressão muito reduzida das restantes línguas minoritárias, sugere dinâmicas de hierarquização linguística, em que línguas com menor número de falantes e menor prestígio social ou institucional se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Em síntese, embora o multilinguismo se manifeste de forma consistente no contexto familiar dos inquiridos, este revela-se assimétrico, concentrando-se sobretudo no santome, enquanto o angolar e o caboverdiano ocupam posições mais frágeis no que respeita à sua continuidade e transmissibilidade intergeracional.

Atitudes e transmissão geracional

Nesta categoria analítica procurou-se avaliar o "querer" enquanto atitude linguística, isto é, o grau de consciência, responsabilidade e envolvimento dos encarregados de educação na preservação e transmissão intergeracional das línguas minoritárias. Partiu-se da premissa de que as atitudes familiares constituem um fator determinante para a vitalidade linguística, sobretudo em contextos onde as línguas minoritárias não beneficiam de reconhecimento institucional no sistema educativo.

A Consciência da transmissão e o papel da família

Com o intuito de aferir o grau de consciência dos encarregados de educação relativamente ao seu papel na preservação linguística, cruzaram-se as respostas às questões Q2 e Q3, cujos resultados se apresentam na Tabela 2.

Tabela 2

Consciência dos pais sobre o seu papel na preservação da língua

Questão (Q2 e Q3)	Sim (%)	Não (%)
A atitude familiar resulta na preservação das línguas minoritárias?	71	29
A atitude familiar influencia a transmissão geracional das línguas?	82	18

Fonte: elaboração própria.

Os dados revelam um nível elevado de consciência parental, evidenciando que a maioria dos inquiridos reconhece a família como agente central na preservação e transmissão das línguas minoritárias. O facto de 82% dos participantes considerarem que a atitude familiar influencia diretamente a transmissão geracional reforça a ideia de que o espaço doméstico continua a ser percebido como o principal *locus* de socialização linguística.

Este resultado está em consonância com a literatura sociolinguística, que sublinha o papel da família enquanto primeiro e mais duradouro contexto de aquisição linguística, sobretudo em sociedades multilingues onde as línguas minoritárias são predominantemente orais e transmitidas intergeracionalmente. No contexto específico de São Tomé e Príncipe, onde as línguas crioulas coexistem com o português oficial, esta consciência revela a existência de um capital simbólico e afetivo associado às línguas de herança, que poderá constituir um ponto de partida relevante para políticas educativas e linguísticas mais inclusivas.

O Paradoxo da motivação em contexto familiar

Apesar da elevada consciência demonstrada pelos encarregados de educação quanto ao seu papel na preservação linguística, os dados relativos à motivação efetiva e às práticas familiares revelam um cenário mais ambíguo, conforme ilustrado na Tabela 3.

Tabela 3

Motivação e estratégias

Questão (Q4 e Q6)	**Sim (%)**	**Não (%)**	**Talvez (%)**
A família tem um papel importante na motivação do aluno para a aprendizagem de línguas minoritárias?	49	51	-----
A prática da língua minoritária no contexto familiar gera atitudes positivas nas novas gerações?	56	22	22

Fonte: elaborada pelas autoras.

Os resultados evidenciam um paradoxo entre consciência e ação. Embora a maioria dos pais reconheça teoricamente a importância do seu papel, apenas 49% considera que a sua atuação familiar tem, de facto, aumentado a motivação dos filhos para a aprendizagem das línguas minoritárias. Este dado sugere que a consciência linguística nem sempre se traduz em práticas consistentes e sistemáticas de incentivo. Por outro lado, 56% dos inquiridos acredita que o uso das línguas minoritárias no contexto familiar gera atitudes positivas nas novas gerações, embora uma percentagem significativa manifeste dúvidas (22%) ou

discorde dessa premissa (22%). Esta dispersão de respostas poderá refletir tensões internas entre o valor simbólico atribuído às línguas crioulas e as pressões externas associadas ao prestígio social, escolar e económico do português, frequentemente percecionado como língua de ascensão social. No contexto santomense, este paradoxo pode ser interpretado à luz de ideologias linguísticas que hierarquizam as línguas, relegando as línguas minoritárias para o domínio afetivo e identitário, mas não necessariamente para o domínio do sucesso escolar e profissional. Assim, apesar de reconhecerem o seu valor cultural, muitos encarregados de educação poderão hesitar em investir plenamente na sua transmissão, receando que tal comprometa o desempenho académico dos filhos em português.

Em síntese, os dados desta categoria revelam que, embora exista uma consciência clara do papel da família na preservação linguística, persistem dificuldades na conversão dessa consciência em práticas efetivas e sistemáticas de motivação e transmissão intergeracional. Este desfasamento evidencia a necessidade de estratégias educativas e políticas linguísticas que apoiem as famílias, reforcem o prestígio das línguas minoritárias e promovam uma visão integrada do multilinguismo como recurso, e não como obstáculo, no percurso educativo dos alunos.

Determinantes e barreiras externas /fatores inibidores

Apesar da consciência e da predisposição manifestadas pelos encarregados de educação relativamente à preservação e transmissão das línguas minoritárias, os dados desta categoria revelam a existência de barreiras externas significativas que condicionam a concretização dessas atitudes no quotidiano familiar. Entre os principais fatores inibidores identificados destacam-se a escassez de recursos educativos e a ausência de políticas linguísticas claras e consistentes, percecionadas como entraves à valorização das línguas minoritárias.

Com o objetivo de compreender de que forma estes fatores influenciam as práticas e atitudes familiares, analisaram-se as respostas às questões Q5 e Q7, cujos resultados se apresentam na Tabela 4.

Tabela 4
Estratégias e políticas

Questões (Q5 e Q7)	Sim (%)	Não (%)	Talvez (%)
A escassez de recursos educativos e a resistência cultural dificultam a preservação das línguas minoritárias?	76	4	20
Políticas governamentais influenciam as atitudes familiares em relação às línguas minoritárias?	69	9	22

Fonte: elaborada pelas autoras.

Os dados evidenciam que 76% dos inquiridos reconhece que a falta de materiais pedagógicos — como manuais, livros e outros recursos didáticos —, aliada a resistências culturais enraizadas, constitui um obstáculo significativo à preservação das línguas minoritárias. Esta perceção revela que, apesar do "querer" identificado na categoria anterior, as famílias sentem-se frequentemente desprovidas de instrumentos concretos que lhes permitam apoiar de forma estruturada a transmissão linguística no seio doméstico. Paralelamente, 69% dos encarregados de educação considera que as políticas governamentais exercem uma influência direta nas suas atitudes linguísticas enquanto pais. Este dado é particularmente revelador, pois sugere que a valorização das línguas minoritárias não depende exclusivamente da vontade individual ou familiar, mas está profundamente condicionada pelo reconhecimento institucional e pela legitimidade simbólica conferida pelo Estado e pela escola. A perceção de que as famílias estão a "lutar sozinhas" pela manutenção das línguas minoritárias emerge de forma implícita nas respostas, evidenciando um sentimento de isolamento e desresponsabilização institucional. Quando a escola e as políticas educativas não reconhecem explicitamente o valor das línguas crioulas, estas tendem a permanecer confinadas ao espaço privado, sem estatuto de saber legítimo. Tal situação pode gerar insegurança linguística nos pais, que hesitam em investir na transmissão dessas línguas por receio de comprometer o sucesso escolar dos filhos em português. Neste sentido, os dados apontam para a necessidade urgente de um suporte institucional estruturado, que passe pela integração das línguas minoritárias no currículo, pela produção de materiais pedagógicos adequados e pela formação de professores para contextos multilingues. A valorização escolar das línguas crioulas poderá funcionar como um fator de legitimação social, reforçando a confiança das famílias e incentivando práticas linguísticas mais consistentes no contexto doméstico.

Em suma, os resultados desta categoria demonstram que a preservação das línguas minoritárias em São Tomé e Príncipe não pode ser encarada como

uma responsabilidade exclusiva das famílias. Pelo contrário, exige uma ação concertada entre Estado, escola e comunidade, capaz de transformar a vontade individual em práticas sustentáveis e socialmente reconhecidas, garantindo a vitalidade e a continuidade do património linguístico nacional.

Discussão dos resultados

A análise dos resultados permite estabelecer conexões claras entre as atitudes e consciência familiar, o paradoxo da motivação e os fatores externos que condicionam a preservação das línguas minoritárias em São Tomé e Príncipe (STP). A discussão a seguir articula os dados empíricos recolhidos com referências teóricas, oferecendo uma interpretação crítica e contextualizada.

Consciência familiar e papel da transmissão Intergeracional

Os resultados indicam que a maioria dos encarregados de educação (71%–82%) reconhece o papel central da família na preservação e transmissão das línguas minoritárias (Tabela 2). Este dado confirma que a família continua a ser o primeiro espaço de socialização linguística, como defende Fishman (1991).

A perceção de que a atitude familiar é decisiva para a continuidade linguística revela a existência de um "capital de vontade", que constitui um recurso fundamental para qualquer política de revitalização das línguas minoritárias. Este capital de vontade, entretanto, encontra-se parcialmente condicionado pelo paradoxo identificado nas respostas relativas à motivação das crianças (Tabela 3): apesar da consciência dos pais, apenas 49% acredita que o incentivo familiar aumenta efetivamente a motivação dos filhos para aprender e usar as línguas minoritárias. Este fenómeno evidencia que o querer familiar não se traduz automaticamente em resultado efetivo, sugerindo que outros fatores — sociais, educativos ou culturais — interferem no processo de transmissão.

Paradoxo da motivação e influências contextuais

O paradoxo observado — alta consciência e intenção versus motivação real limitada das crianças — é coerente com estudos sociolinguísticos que indicam que a vitalidade de uma língua não depende apenas da vontade dos falantes, mas também de seu prestígio social e da legitimação institucional (Bourdieu, 1991). A literatura de Afonso (2008, 2009) e Agostinho & Bandeira (2017) sobre o contexto de STP mostra que, mesmo em famílias motivadas, a presença dominante do português, em especial no sistema educativo, reduz a prática quotidiana dos crioulos, afetando a transmissão geracional.

O estudo confirma que a linguagem de prestígio (português) exerce pressão assimilacionista sobre os crioulos, reforçando a tese de Fishman (1991)

de que línguas minoritárias em contextos de hegemonia linguística enfrentam um risco contínuo de substituição. A discrepância entre intenção e prática familiar sugere que o esforço de preservação depende não apenas da consciência, mas também do apoio externo e da valorização institucional, criando um ciclo de reforço positivo quando políticas públicas, escola e comunidade atuam de forma integrada.

Barreiras externas e o papel do estado

Os dados relativos às barreiras externas (Tabela 4) indicam que 76% dos pais percebem a falta de recursos educativos como um obstáculo, e 69% consideram que políticas governamentais adequadas influenciam diretamente a sua própria motivação. Este resultado evidencia a interdependência entre agência familiar e suporte institucional, mostrando que a preservação das línguas minoritárias em STP não pode ser delegada exclusivamente à família.

Os resultados reforçam a importância de políticas públicas inclusivas, formação docente adequada e produção de materiais didáticos que valorizem os crioulos como línguas de instrução e património cultural. Este argumento é suportado por Agostinho & Bandeira (2017), que destacam a necessidade de políticas linguísticas que reconheçam a pluralidade linguística do arquipélago, e por Afonso (2008), que sublinha o impacto do contexto sociolinguístico na aprendizagem e preservação das línguas minoritárias.

Articulação entre consciência, motivação e barreiras

A análise conjunta dos três eixos — consciência familiar, paradoxo da motivação e barreiras externas — oferece uma visão mais complexa e realista dos desafios que a preservação das línguas minoritárias enfrenta em São Tomé e Príncipe. Os dados indicam que os encarregados de educação possuem uma forte perceção sobre o papel central da família na transmissão linguística, reconhecendo que o envolvimento ativo em casa é essencial para a manutenção das línguas de herança, como enfatiza Fishman (1991) na sua abordagem sobre a continuidade linguística intergeracional. No entanto, essa consciência nem sempre se traduz em práticas consistentes, revelando o paradoxo da motivação: ainda que os pais desejem preservar os idiomas minoritários, a predominância do português como língua oficial e o prestígio limitado das línguas locais dificultam a transmissão efetiva e o envolvimento das crianças, corroborando a análise de Afonso (2008, 2009) sobre a tensão entre vontade familiar e condicionamentos socioculturais.

A situação torna-se ainda mais complexa quando se consideram os fatores externos. A escassez de materiais didáticos, a falta de políticas linguísticas

estruturadas e o baixo reconhecimento institucional das línguas minoritárias representam obstáculos significativos que reduzem a eficácia do esforço familiar, ecoando a noção de Bourdieu (1991) de que o capital cultural apenas adquire valor quando legitimado socialmente. Este cenário mostra que a preservação linguística não depende unicamente da atitude e motivação dos pais, mas requer a articulação entre a esfera doméstica, a escola e o Estado, numa relação de interdependência que potencializa os recursos disponíveis e cria condições para a continuidade das línguas.

Em síntese, a integração destes três eixos permite perceber que a sobrevivência das línguas minoritárias em STP depende de uma rede de responsabilidades partilhadas: a consciência familiar cria a base de motivação, mas apenas um suporte institucional coerente — através de políticas educativas, materiais pedagógicos e reconhecimento social — pode transformar essa motivação em práticas concretas de preservação.

Assim, este estudo evidencia que a revitalização linguística exige uma abordagem sistémica, capaz de interligar esforços individuais e coletivos para sustentar o multilinguismo no arquipélago.

Conclusões e recomendações

A presente investigação, centrada nas atitudes dos familiares na valorização das línguas minoritárias em São Tomé e Príncipe, permitiu mapear um panorama sociolinguístico complexo, embora com uma amostra limitada de 45 encarregados de educação, o que confere ao estudo um caráter exploratório. Os dados recolhidos revelam que, mesmo num contexto restrito, as famílias desempenham um papel central na preservação linguística, sendo o santome (crioulo forro) a língua de herança mais praticada no seio familiar. Este resultado confirma a perspetiva de Fishman (1991), que identifica a família como o primeiro espaço de socialização linguística e de transmissão intergeracional das línguas minoritárias, enquanto Bourdieu (1991) reforça que o capital cultural, incluindo a competência linguística, se reproduz e legitima através das práticas familiares.

Apesar do forte empenho familiar, evidencia-se um paradoxo: a motivação das crianças para aprender línguas minoritárias não é uniforme. Embora 82% dos pais reconheçam a importância da sua atitude na preservação, apenas 56% percebem um efeito direto na motivação das crianças, refletindo a pressão social e mediática exercida pelo Português como língua dominante do ensino e da administração. Este cenário configura uma forma de diglossia, como descrito por Afonso (2008, 2009), em que a língua oficial detém prestígio institucional e simbólico, enquanto as línguas minoritárias permanecem restritas à oralidade e à esfera familiar, dificultando a sua transmissão formal.

O estudo identificou também barreiras externas significativas: 76% dos pais apontaram a falta de recursos didáticos e materiais educativos como fatores limitadores, enquanto 69% reconheceram a importância de políticas governamentais claras para reforçar a preservação. Estes dados corroboram a análise de Agostinho& Bandeira (2017), que sublinham o papel decisivo do Estado e das políticas educativas na manutenção e valorização das línguas minoritárias, reforçando que o compromisso familiar, isolado, não é suficiente para garantir a sobrevivência linguística.

Neste enquadramento, é recomendável a implementação de programas educativos bilíngues que integrem formalmente as línguas minoritárias no currículo escolar, apoiados na produção de materiais didáticos em Crioulo Forro, Angolar e Caboverdiano, e na formação de docentes em contextos multilingues. Paralelamente, campanhas de sensibilização dirigidas às famílias podem reforçar a prática doméstica das línguas de herança, mostrando que o uso do crioulo não prejudica, mas antes complementa, a aprendizagem do Português. Assim, o "triângulo sinérgico" entre família, escola e governo, conforme sugerido por Fishman (1972), torna-se essencial para criar um ambiente propício à valorização linguística e cultural.

Como limitação, identifica-se a utilização de dados declarativos e um universo amostral relativamente circunscrito, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados. Em todo o caso, os dados recolhidos, embora limitados em dimensão e contexto, reforçam que a preservação das línguas minoritárias em São Tomé e Príncipe depende tanto do capital cultural familiar, como do suporte institucional, sendo necessária uma articulação contínua entre políticas públicas, educação formal e práticas familiares. A observação de encarregados de educação que conciliam trabalho e estudos, valorizando a formação contínua e o papel da escola, evidencia que existe uma base humana motivada a reforçar a preservação linguística, o que confere relevância social e académica a este estudo exploratório.

Em suma, a investigação permite extrair três conclusões fundamentais: a centralidade da família como núcleo de resistência linguística; a influência ambivalente das atitudes familiares perante o prestígio da língua portuguesa; E a dependência crítica do suporte governamental e escolar. Almeja-se que este estudo fundamente investigações futuras e impulsione políticas pedagógicas integradoras. Para trabalhos vindouros, sugere-se o recurso também a quadros teóricos sobre planeamento linguístico familiar e ideologias linguísticas (como os de Spolsky ou Curdt-Christiansen), de modo a dissecar a interdependência entre identidade e quotidiano linguístico.

Referências

Afonso, B. (2008). *A problemática do bilinguismo e ensino da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Afonso, H. (2009). *Interferências linguísticas: um contributo para o ensino da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. http://hdl.handle.net/10451/480

Agostinho, A. L., & Bandeira, M. (2017). Línguas nacionais de São Tomé e Príncipe e ortografia unificada. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, *31*, 9-35. https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/download/RILP2017.31.9/35

Agostinho, A., Bandeira, M., & Freitas, S. (2020). Línguas crioulas e o papel da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe. In *Lusofonias em debate,* eds. Silvia Ines Coneglian Carrilho de Vasconcelos; Fábio Marques de Souza. São Paulo: Mentes Abertas (pp. 63-86). https://www.researchgate.net/publication/350592244_Linguas_crioulas_e_o_papel_da_lingua_portuguesa_em_Sao_Tome_e_Principe

Bagno, M. (2017). *Preconceito linguístico: o que é, como se faz* (56.ª ed.). Parábola.

Bem, D. (1973). *Convicções, atitudes e assuntos humanos*. EPU.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto Editora.

Bourdieu, P. (1991). *Language and symbolic power* (G. Raymond & M. Adamson, Trads.). Cambridge, MA: Harvard University Press.

Calvet, L. (2007). *As políticas linguísticas*. Parábola.

Ferreiro, E. (1987). *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*. Siglo XXI.

Fishman, J. A. (1991). *Reversing language shift: Theoretical and empirical foundations of assistance to threatened languages*. Multilingual Matters.

Fishman, J. A. (1972). *The sociology of language: An interdisciplinary social science approach to language in society*. Newbury House.

Freire, P. (2017). *A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam* (5.ª ed.). Paz e Terra.

Freire, P. (2018). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (55.ª ed.). Paz e Terra.

Hagemeijer, T. (2009). As línguas de São Tomé e Príncipe. *Revista de crioulos de base lexical portuguesa e espanhola*, *1*(1), 1-27.

INE, Instituto Nacional de Estatística (2001). *São Tomé e Príncipe em números*. https://www.ine.st

INE, Instituto Nacional de Estatística. (2012). *IV Recenseamento Geral da População e da Habitação 2011: Resultados definitivos*.

https://www.ine.st/phocadownload/Relatorio_dos_Resultados_Globais_IV_RGPH_2011.pdf

Lambert, W. W., & Lambert, W. E. (1996). *Psicologia social*. Zahar.

Ortiz, J., & Elias, V. (2021). Paulo Freire e o ensino de língua portuguesa em perspetiva. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, *9*(1), 227–241. https://doi.org/10.34024/olhares.2021.v9.11710

Saville-Troike, M. (2003). *The ethnography of communication: An introduction* (3.ª ed.). Blackwell.

Skutnabb-Kangas, T. (2000). *Linguistic genocide in education – or worldwide diversity and human rights?* Lawrence Erlbaum Associates.

Veiga, A. (2014). *Línguas nacionais e identidade cultural em São Tomé e Príncipe*. Edições UNEAS.